

# XVII Fórum de **Estudos** Multidisciplinares **UniFACEF**

XVII Congresso de Iniciação Científica  
XII Encontro de Iniciação à Docência  
XI Encontro de Iniciação Tecnológica e Inovação  
IV Encontro do PET-Saúde  
II Encontro de Iniciação Científica Jr

## Anais do Evento

**Uni-FACEF**

**Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA**

**XVII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA  
XI ENCONTRO DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO  
IV ENCONTRO PET-SAÚDE  
II ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JR**

**ISSN 2177 9031**

**FRANCA  
2023**

## Corpo Diretivo

### REITOR

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

### VICE-REITOR

Prof. Dr. João Baptista Comparini

### PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

### PRÓ-REITORA ACADÊMICA

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

### PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Profª. Drª. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

### PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Sílvio Carvalho Neto

### COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª. Drª Marinês Santana Justo Smith

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Me. Cyro de Almeida Durigan

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Dr. Orivaldo Donzelli

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Profª. Drª Márcia Aparecida Giacomini

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – Publicidade e Propaganda

Profª. Ma. Fúlvia Nassif Jorge Facury

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Prof. Dnd. Anderson Fabrício Mendes

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE LETRAS

Profª Drª Maria Eloísa de Souza Ivan

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MATEMÁTICA

Prof. Drª Sílvia Regina Viel

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE MEDICINA

Profª Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

### CHEFE DE DEPARTAMENTO DO CURSO DE PSICOLOGIA

Profª Drª Maria de Fátima Aveiro Colares

### CHEFE DE DEPARTAMENTOS DO DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO

Prof. Dr. Daniel F. Pires

**Comissão Científica**

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)  
Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)  
Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)  
Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)  
Sílvia Regina Viel (Uni-FACEF)  
Maria Eloísa de Souza Ivan (Uni-FACEF)  
Daniel F. Pires (Uni-FACEF)  
Renato Garcia de Castro (UNICAMP)  
Pedro Geraldo Tosi (UNESP)  
Émerson Henrique de Faria (Universidade de Franca)  
Carla Roberta Pereira (Open University Business School, Reino Unido / UDESC)

**Comissão Organizadora**

Alfredo José Machado Neto  
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira  
João Baptista Comparini  
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos  
José Alfredo de Pádua Guerra  
Sílvio Carvalho Neto  
Marinês Santana Justo Smith  
Welton Roberto Silva  
Leonardo Carloni Rodrigues Meira  
Alba Valéria Penteado

© 2023 dos autores  
Direitos de publicação Uni-FACEF  
www.unifacef.com.br

F851f

Fórum de Estudos Multidisciplinares (17: 2023: Franca, SP)  
Fórum de Estudos Multidisciplinares, 17; Congresso de Iniciação Científica, 17; Encontro de Iniciação à Docência, 12; Encontro de Iniciação Tecnológica e Inovação, 11; Encontro PET-Saúde, 4; Encontro de Iniciação Científica Jr., 2. 24-26 maio. 2023 / Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca. – Franca: Uni-FACEF, 2023.

Resumos do XVII Congresso de Iniciação Científica  
Resumos do XII Encontro de Iniciação à Docência  
Resumos do XI Encontro de Iniciação à Tecnologia e Inovação  
Resumos do IV PET-Saúde

ISSN 2177 9031

1.Multidisciplinar - Fórum. 2. Metodologia. 3.Pesquisa. I.T.

CDD 050

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Tudo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca  
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

**Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA**

**XVII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA  
XI ENCONTRO DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO  
IV ENCONTRO PET-SAÚDE  
II ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICO JR**

**PROGRAMAÇÃO 2023**

**24 de maio de 2023**

14h às 17h – Apresentações de comunicações  
XVII Congresso de Iniciação Científica  
XII Encontro de Iniciação À Docência  
II Encontro Pet-Saúde  
II Encontro de Iniciação Científica JR

**27 de maio de 2021**

14h às 17h – Apresentações de comunicações  
XI Encontro De Iniciação Tecnológica E Inovação

**FRANCA  
2023**

## APRESENTAÇÃO

Apresentamos os resumos simples, resultantes dos Encontros e Congresso do XVII Fórum de Estudos Multidisciplinares de 2023, organizados pelo *Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca*.

Os resumos, juntamente com os artigos completos, foram elaborados a partir de investigações que perpassam pelas diversas áreas de conhecimento. Foram submetidos à avaliação *blind review*, em comissão científica de avaliação de trabalhos, considerando como critérios mínimos a apresentação de uma justificativa, um objetivo e os procedimentos metodológicos.

As produções contemplam a multidisciplinaridade almejada pelos eventos, que atendem às demandas da diversidade de público que deles são participantes, assim como refletem sobre os diversos tempos e espaços.

As investigações representam projetos em andamento, muitos dos quais já se articulam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e propõem alternativas para o cumprimento da Agenda 2030. Nesse sentido, um conhecimento local que se espelha no global e vice-versa.

Ações de iniciação científica como as aqui desenvolvidas capacitam jovens pesquisadores em pesquisa, nas competências de elaboração, execução e avaliação de projetos. Assim, em práticas de leitura, escrita, formatação, construção de instrumentos de coleta de dados, análises de dados, dentre outras, politizam jovens talentos para o caminho da ciência.

Caso o leitor se interesse por quaisquer das investigações relatadas, a seguir, poderá consultar os livros resultantes das apresentações de trabalhos dos eventos em breve.

Boa leitura.

Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira  
Pró-Reitora Acadêmica  
Centro Universitário Municipal de Franca

# **CIDADE AMIGA DA PESSOA IDOSA: espaço territorial urbano como estratégia para o envelhecimento ativo**

Iago Rodrigues Oliveira  
Graduando em Arquitetura e Urbanismo – UNIFRAN  
[iagorodriguesoliveira10@gmail.com](mailto:iagorodriguesoliveira10@gmail.com)

Danilo Cândido Bulgo  
Fisioterapeuta, Doutor e mestre em Promoção de Saúde – UNIFRAN  
[danilo.bulgo@unifran.edu.br](mailto:danilo.bulgo@unifran.edu.br)

## **1 Introdução**

O Brasil vem transformando o seu perfil demográfico desde o século passado, visto que antes existia uma sociedade com um grande quantitativo de moradores nas zonas rurais, famílias numerosas e elevados riscos de mortalidade na primeira infância por falta de disseminações de práticas sobre promoção e proteção da saúde. A partir da década de 70, o país começou a remodelar o panorama social, aumentando o êxodo rural, estruturas familiares com menos membros e maior preocupação com a saúde (MIRANDA, MENDES, SILVA; 2016).<sup>1</sup>

Nesse sentido, a transição demográfica se destaca por ser a associação de dois fatores basais: a redução das taxas de mortalidade e, posteriormente, com a queda das taxas de natalidade, provoca significativas alterações na estrutura etária de uma determinada população (VASCONCELOS, GOMES; 2012).

Desse modo, com tais alterações, surge o envelhecimento humano que é considerado uma etapa complexa, caracterizada como sendo uma ação espontânea, inerente e irreversível aos seres vivos, e quando atinge a vida humana, tal processo se destaca pela influência de aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais (GANDRA, 2012).

No cenário nacional é considerada uma pessoa idosa, aquela que possui 60 anos ou mais, independente do gênero, classe social e/ou outros fatores (BRASIL, 2003).

Com as transformações sociais, o grupo populacional geriátrico cresce de maneira exponencial, trazendo consigo novos desafios e ações que demandam atitudes intersetoriais multidimensionais para corroborar de modo significativo a vida desses indivíduos, assim Debert (2020) conceitua que os hábitos de vida, fatores genéticos e vicissitudes do sujeito podem causar interferência nos mais variados pilares que envolvem a pessoa idosa.

Nesse contexto, é importante viabilizar uma visão ampliada para compreender o indivíduo que envelhece em sua totalidade, assim, Minayo e Coimbra (2011, p. 14) enfatizam que "o envelhecimento não é um processo homogêneo, ou seja, cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma maneira,

---

<sup>1</sup>O processo de migração de pessoas da zona rural para a urbana, ou seja, a saída de moradores do campo com destino às grandes cidades é conhecida como êxodo rural.

considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação, espaços sociais e condições econômicas".

Nessa perspectiva, os espaços urbanos se tornam fundamentais para fomentar de modo positivo a participação efetiva do idoso nos mais variados cenários que abarcam a contemporaneidade. Assim, uma cidade ou comunidade amiga da pessoa idosa, se destaca por ser ambientes que adaptam seus serviços e estruturas físicas para ser mais inclusivo e integrativo às múltiplas demandas e necessidades da população que envelhece com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida, pertencimento e participação social, bem-estar, autonomia e independência. Ademais, tais cidades visam o incentivo para o envelhecimento ativo e saudável, otimizando recursos para aprimorar e elevar a saúde, a segurança e a inclusão desses indivíduos na comunidade de maneira efetiva e integral (OPAS, 2022).

Ainda nesse sentido, ambientes geriátricos saudáveis devem ser pautados na transformação urbana que visem remover barreiras, estabelecer e regulamentar normas de acessibilidade e garantir meios de ir e vir em estruturas físicas, no transporte e nos espaços sociais comuns. Além disso, deve-se considerar o planejamento urbano e as decisões de utilização da terra, e seu impacto sobre a segurança e a mobilidade do público idoso (OLIVEIRA; MARTINS, 2019).

Vale destacar que a percepção de envelhecer no contexto atual é fazer com que o indivíduo seja o mais ativo possível, onde segundo a ótica da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2008, p.10):

"O envelhecimento ativo é o processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem. Em uma cidade amiga da pessoa idosa, políticas, serviços, ambientes e estruturas dão apoio e capacitam as pessoas a envelhecer ativamente ao: reconhecer a ampla gama de capacidades e recursos entre os idosos; prever e responder, de maneira flexível, às necessidades e preferências relacionadas ao envelhecimento; respeitar as decisões dos idosos e o estilo de vida que escolheram; proteger aqueles que são mais vulneráveis; e promover a sua inclusão e contribuição a todas as áreas da vida comunitária".

Conceituando tal definição, o envelhecimento ativo vai depender de vários aspectos, influências ou determinantes que auxiliam os grupos populacionais, incluindo condições materiais e fatores sociais que afetam tipos individuais de comportamento e sentimento. Todos esses fatores, individualmente e/ou combinados uns aos outros, exercem papel importante sobre o processo de envelhecer na vida de cada indivíduo. Muitos aspectos do ambiente urbano e dos serviços, refletem esses determinantes e fazem parte das características de uma cidade amiga do idoso (OMS, 2008).

Pensando nessa abordagem de cidade amiga do idoso, é necessário o fomento de políticas públicas, participação popular e mecanismos gerais que corroborem com a mobilização dos municípios para que promovam, de modo amplo e seguro, estratégias para que indivíduos com sessenta anos ou mais continuem sendo ativos, participativos e protagonistas nos mais variados pilares sociais, incluindo mobilização geral no que concerne a adaptação

arquitetônica e de serviços, com o intuito de preconizar acessibilidade e inclusão (MARTINS, 2015).

Consoante ao exposto, o objetivo do presente estudo é verificar, por meio de uma revisão documental aspectos acerca da morfologia urbana e como cidades amigas das pessoas idosas podem auxiliar no envelhecimento ativo e saudável no cenário contemporâneo.

## **2. Aplicações para o envelhecimento ativo nas cidades na era contemporânea**

Apesar dos avanços advindos da tecnologia digital, da urbanização e das práticas promotoras da saúde, a população idosa ainda pertence à um grupo vulnerável, onde existem dificuldades para a realização de meios para sua mobilidade, pois se deparam com calçadas irregulares, com buracos, degraus desnivelados, bloqueios físicos, falta de calçamentos, transporte coletivo inadequados e sem acessibilidade, falta de sinalização e travessias adequadas, dentre outros fatores que exigem necessidade de planejamento urbano adequado nos territórios (FERNANDES, 2000).

A OMS (2012) define que o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, imerge um manejo de otimizar as oportunidades de saúde, participação na sociedade e de segurança, a fim de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas vão avançando em sua faixa etária. O grande progresso da ciência permitiu uma evolução ampla nos pilares sociais, exigindo que esta fosse se ajustando frente às evoluções advindas da essência da promoção da saúde e prevenção aos agravos desta.

Pensando nisso, a própria organização designou em 2008 a estratégia denominada “Cidade Amiga do Idoso” que visa em sua essência, estimular municípios em atuar em prol do envelhecimento ativo, otimizando oportunidades que atendam as demandas biopsicossociais de quem envelhece, com o objetivo de aumentar a QV no processo de envelhecimento, levando em conta as diferentes necessidades e capacidades da pessoa idosa (PORTO *et al.*, 2018).

Assim, na contemporaneidade, corroborando com as ações territoriais, em consonância com os princípios de cidades saudáveis, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, lançou o documento denominado de “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e 169 metas que compõe a Agenda Universal, visando a estimulação de ações para os próximos 15 anos em áreas de grande relevância para a humanidade e para o planeta. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros para todos, incluindo a população idosa (BRASIL, 2015).

Tais estratégias auxiliam na minimização das barreiras sociais, bem como, auxiliam no envelhecimento ativo ao promover um ambiente urbano mais acessível e inclusivo para pessoas idosas, permitindo participação ativa

nos espaços urbanos. Os ambientes onde o idoso reside e convive, portanto, devem ser adaptados às suas necessidades, no intuito de garantir que tenham uma vida saudável e independente (PORTO; REZENDE, 2016).

## 2.1 Estratégias para promoção da acessibilidade e inclusão

Medidas para melhorar o tráfego de transportes, exija-se especial atenção às crianças, aos jovens, aos idosos e às pessoas com deficiência (GEHL, 2010), sendo esse um dos motivos do surgimento da Norma Brasileira Regulamentadora 9050, cujo em sua essência trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, que teve como base a Lei Federal nº 10.741/03, Estatuto do Idoso, sendo a NBR 9050 referência para o desenvolvimento da acessibilidade.

O autor ainda prediz em seus estudos que com o aumento de carros, motos e outros transportes urbanos, os pedestres foram sendo inseridos, primeiro, contra as fachadas dos prédios e, depois, apertados em calçadas cada vez menores, sendo estas em sua maioria inaceitáveis e sem condições de atender diversos grupos populacionais.

Nesse sentido, pensando em ações e fomentos de políticas públicas, o “Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana”, traz em sua estruturação os benefícios do aperfeiçoamento da mobilidade urbana nos territórios brasileiros. A regularidade das calçadas, portanto, é de notável valor para a população urbana, influenciando diretamente na qualidade de vida de todos. Com destaque àqueles que possuem mobilidade reduzida. Um idoso com dificuldades de locomoção ou um cadeirante, por exemplo, estarão suscetíveis a maiores vicissitudes, como sofrer quedas e até mesmo não conseguir transitar em calçadas irregulares.

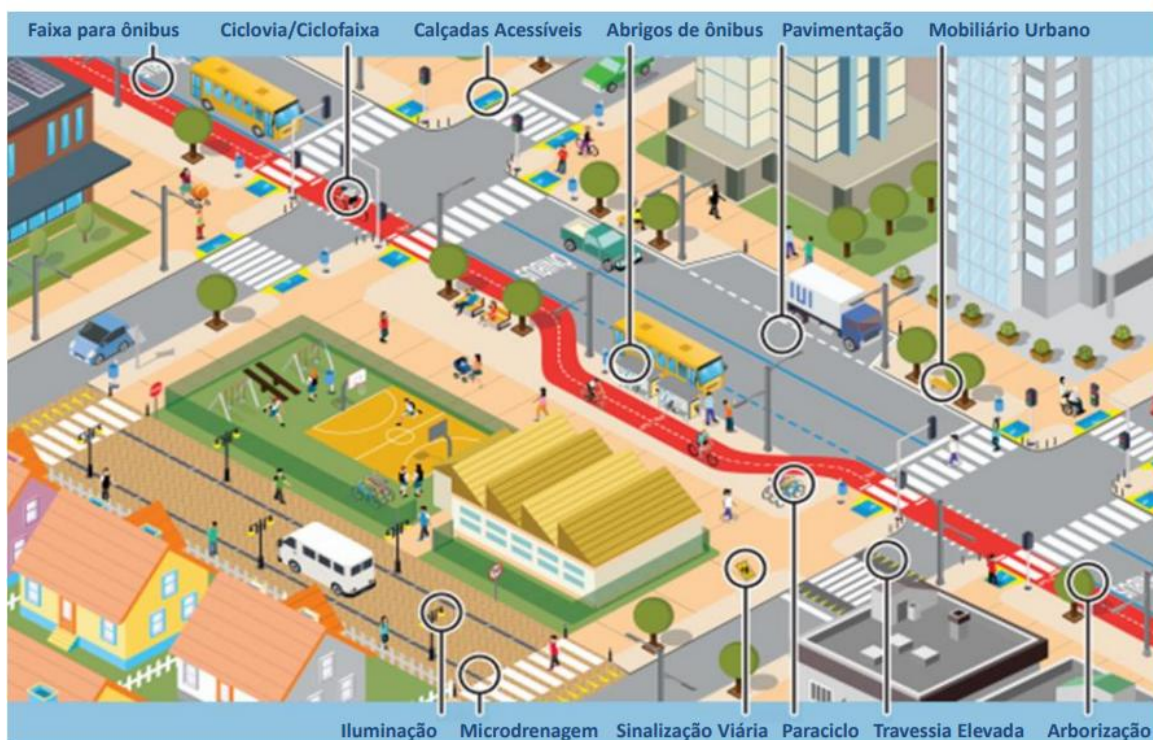


Figura 1: Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana  
Fonte: Brasil (2018).

Outra demanda importante advém do artigo 15 do Decreto nº 5.296/2004, regulando a Lei nº 10.098/2000 – que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e determina que na construção ou adaptação de calçadas, rebaixamentos com rampas e instalação de piso tátil direcional e de alerta deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Dentre essas normas, destaque-se a ABNT NBR 16537/2016 (sobre acessibilidade com a sinalização piso tátil; muito importante na mobilidade do deficiente visual) e a ABNT NBR 9050/2022 que retrata a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Os múltiplos fatores relativos ao rápido envelhecimento da população causam impacto socioeconômico e demográfico, em particular aqueles que resultam da redução da taxa de crescimento populacional e das transformações na estrutura etária, ampliando, dessa maneira, o quantitativo de pessoas idosas e produzindo demandas sociais que requerem respostas políticas adequadas (KÜCHEMANN, 2012).

Acerca da acessibilidade arquitetônica, em um panorama geral, visa promover ações pautadas na compreensão de que o ambiente possui forte influência sobre o bem-estar das pessoas idosas, suas emoções e capacidades, pois com o envelhecimento é uma tendência que esses indivíduos criem elos com a comunidade e o espaço onde vivem, ao passo que suas maneiras de interação com o local vão reduzindo sua intensidade, consoante aos declínios deletérios do processo de envelhecer.

Os ambientes onde as pessoas idosas residem e convivem, portanto, devem ser adaptados às suas necessidades, no intuito de garantir que eles tenham uma vida saudável e independente promovendo trocas intergeracionais (PORTO; REZENDE, 2016).

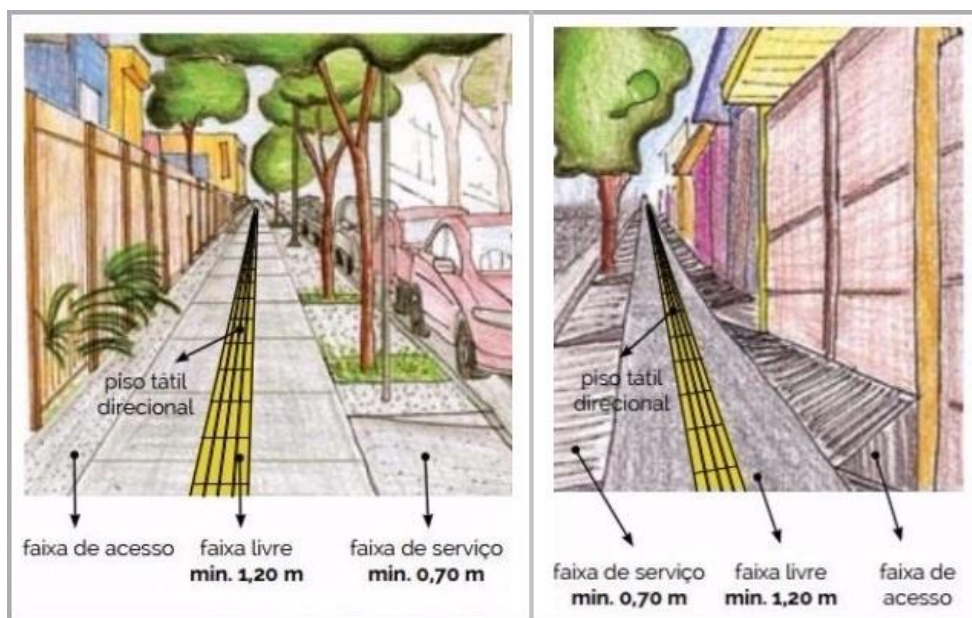


Figura 2 – Faixas de uso da calçada  
Fonte: (GABRIELLI, 2017)

Quanto mais uma cidade evolui, maiores são os problemas nela encontrados, gerando reflexões relativas à integralidade no acesso à saúde.

Por exemplo, a violência ocorrida no trânsito urbano, seja por desrespeito às normas de sinalização e segurança, pela má iluminação, conservação ou sinalização das vias, ou ainda por conflitos advindos entre os usuários (motoristas, motociclistas e pedestres), entre outros fatores, traz uma reflexão sobre as consequências para a saúde de um processo de urbanização não planejado, impactando de modo direto a pessoa idosa (SANTOS; ANDRADE; MARTINS, 2017).

Ademais, a literatura destaca três princípios básicos de satisfação do usuário, sendo eles: visual, funcional e comportamental (LERUP, 1972).

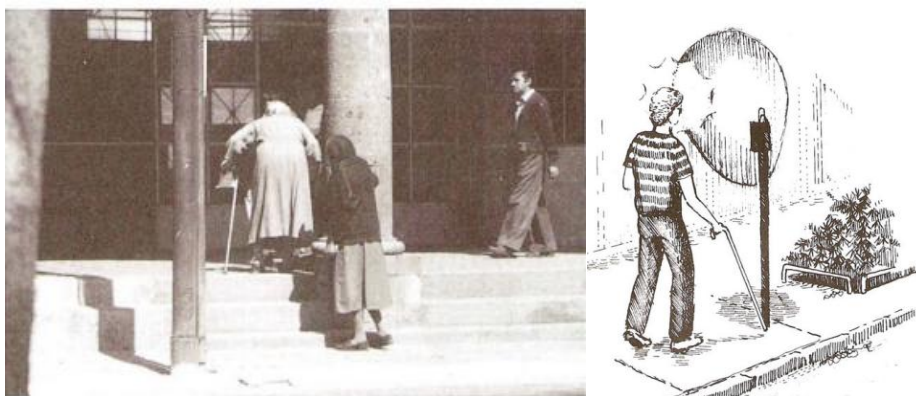


Figura 3–Barreiras urbanas  
Fonte: DEL RIO (1999)

Tendo em vista o envelhecimento ativo, saudável e a crescente urbanização, o “Guia Global da Cidade Amiga do Idoso” aponta em suas diretrizes a classificação de uma cidade ou região como sendo amiga/e ou não da pessoa idosa, visando o que pode ser melhorado dentro de oito tópicos gerais, sendo eles: espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação e apoio comunitário e serviços de saúde (OMS, 2008).

Pensando dessa maneira, são necessárias ações que enfatizem a avaliação e inserção de políticas públicas que possam auxiliar de modo amplo a população idosa nos territórios. É importante considerar que em uma cidade amiga da pessoa idosa, deve-se:

- I. “Estabelecer políticas e programas que ampliem as opções de habitação para adultos maiores e auxiliem com adaptações no domicílio que permitam aos adultos maiores envelhecerem em um local adequado;
- II. Introduzir medidas para garantir que os adultos maiores sejam protegidos contra a pobreza, por exemplo, por meio de esquemas de proteção social;
- III. Fornecer oportunidades de participação social e de desempenhar papéis sociais significativos, visando especificamente os processos que marginalizam e isolam os adultos maiores;
- IV. Remover barreiras, estabelecer normas de acessibilidade e garantir a conformidade em edifícios, transporte e tecnologias de informação e comunicação;
- V. Considerar o planejamento urbano e as decisões de utilização da terra e seu impacto sobre a segurança e a mobilidade das pessoas maiores;
- VI. Promover a diversidade da idade e inclusão em ambientes ocupacionais” (OMS, 2015, p.22).

Frente aos aspectos gerais advindos da década do envelhecimento e nas cidades amiga da pessoa idosa, surge no cenário nacional a “Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa” (EBAPI) institucionalizada no dia 20 de janeiro de 2021 foi publicado o Decreto nº 10.604, que altera o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, sendo estruturada por meio de uma pluralidade de aspectos com o objetivo de promover a integração de políticas públicas formuladas no âmbito federal e a intersectorialidade orientadora da ação local, estadual e municipal. O foco basal é acerca da pessoa idosa inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e, complementarmente, toda a população idosa (BRASIL, 2019)

A EBAPI se destina a incentivar as comunidades e as cidades a promoverem ações de caráter inter setorial e interinstitucional para a efetivação da PNPI de modo a garantir o envelhecimento ativo, saudável e sustentável deste grupo populacional. Os municípios que fizerem a adesão à EBAPI, assumem o compromisso de subsidiar o direito das pessoas idosas e de desenvolver ações voltadas aos indivíduos com sessenta anos ou mais. As melhores experiências de implementação, nos campos: ambiente físico; transporte e mobilidade urbana; moradia; participação; respeito e inclusão social e comunicação e informação; oportunidades de aprendizagem e apoio, saúde e cuidado (DE OLIVEIRA REIS *et al.*, 2020).

Os municípios participantes da Estratégia, são reconhecidos de modo público e por meio selos e certificados, fazendo jus aos cumprimentos dos pré-requisitos estabelecidos que são reconhecidos pelo governo federal, sendo as etapas: adesão, pleno, bronze, prata e ouro, que atestam a eficiência e a eficácia das políticas oferecidas às pessoas que envelhecem nos territórios.



Figura 4: Certificação e selos da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (2019)  
Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Conceituando os selos e demandas da Estratégia, pensando no envelhecimento humano no território brasileiro, existem uma diversidade de nuances e desafios a serem explorados, visto que para as pessoas envelhecerem com qualidade e plena capacidade funcional, autonomia e independência, a EBAPI ressalta a relevância do avanço dentro das etapas

propostas, pela certificação e cumprimento das fases referentes a aquisição dos selos, pois evidencia a superação de desafios territoriais que pode intensificar a diminuição das iniquidade sofridas, desencadeando assim, uma sociedade, ambientes e cumprimento de respaldos políticos mais amigáveis, que permitam que as pessoas idosas realizem suas atividades cotidianas, mesmo com o avanço da idade (BRASIL, 2019).

## **2.2 Espaços abertos, caminhabilidade e academias ao ar livre**

É alto o preço da perda de atividade física como parte da rotina diária: a diminuição da qualidade de vida, um dramático aumento nos custos de saúde e uma menor expectativa de vida. (GEHL, 2010). Por isso, ter espaços abertos e convidativos onde as atividades físicas e de lazer possam ser feitas, pois são essenciais para a saúde e bem-estar das pessoas idosas, e as cidades podem trabalhar na promoção dessas atividades através de iniciativas como a construção de parques e espaços públicos adequados para atividades físicas e de lazer, bem como a organização de programas de atividades específicos para pessoas idosas.

Diante disso, Gehl (2013), propõe uma reflexão sobre esses espaços, com finalidade de ter os exercícios físicos como parte natural da vida diária:

“Em face dos novos e velhos desafios, um importante aspecto da política de saúde, como um todo, está bem à mão. Por que não introduzir um convite amplo e bem concebido para as pessoas caminharem e pedalarem, tanto quanto possível em conexão com suas atividades cotidianas? É evidente que os estímulos devem incluir uma infraestrutura física na forma de percursos de qualidade para caminhadas e ciclismo, junto com uma ampla campanha informativa sobre as vantagens e oportunidades de se utilizar a própria energia pessoal para o transporte.”

Dessa forma, a análise da “Morfologia Urbana” está em compreender a lógica da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos, e de suas inter-relações, a fim de possibilitar a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a intervenção na cidade existente e o desenho de novas áreas (DEL RIO, 1990), vindo a ser essencial para os estudos e modificações de nossas cidades a fim de promover o envelhecimento ativo.

Outro ponto importante na contemporaneidade territorial, são as academias ao ar livre, localizadas em espaços públicos com a finalidade de estimular a prática de atividade física entre os grupos populacionais de maneira gratuita. Tais espaços corroboram para prática de atividade física e do desporto, onde podem auxiliar de maneira positiva na saúde biopsicossocial da população idosa, visto que essas academias incentivam as pessoas a serem mais ativas, contribuindo para a minimização da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis e dos custos de saúde. Associando tal pensando, o ODS 3 conceitua em sua essência, assegurar uma vida saudável e promoção do bem-estar para todos, em todas as idades e para ajudar nessa demanda, as academias são construídas de maneira estratégica, em espaços próximos da comunidade local, com a finalidade de incentivar a prática de atividades físicas,

redução do sedentarismo, obesidade, busca por elementos que promovam a saúde, aumente a aderência ao lazer, interação social e adoção de um estilo de vida mais ativo. Pensando na saúde pública, essa estratégia de inserir academias públicas, destacam-se por facilitar as práticas corporais e atividades físicas, sendo estas reconhecidas como fator protetor de saúde, corroborando na redução dos riscos à saúde e melhoria dos aspectos que tangem a promoção e prevenção aos agravos em saúde.

Frente ao rápido avanço advindo do contexto que abarca o envelhecimento humano no cenário contemporâneo, surgem demandas que priorizam o atendimento e uma visão multidimensional relacionadas à pessoa que envelhece, além de subsídios para sua saúde, segurança, integração e participação social, cultura, lazer, educação, alimentação, renda justa e outros aspectos fundamentais para vida, especialmente para atender as especificidades de cada contexto e realidade deste grupo populacional (PAPALEO NETTO, 2013).

Desse modo, as políticas públicas se destacam por serem fundamentais para compreender, planejar e executar ações que visem garantir direitos e respaldos mais equitativos acerca da realidade da pessoa idosa inseridos em uma sociedade dinâmica e contemporânea, corroborando para territórios que proporcionem a este grupo populacional a manutenção da autonomia, independência e promoção do senso de justiça, no que tange o aumento da qualidade de vida.

Ao se pensar no território, é notório que o Brasil possua uma gama de estratégias, programas e políticas públicas que priorizem o envelhecimento humano, assim, dentre o rol de ações existentes, deve-se manter a essência do envelhecimento ativo preconizado pela OMS e abarca múltiplas estratégias intersectoriais voltadas à proteção, educação continuada, saúde e participação social, sendo uma importante contribuição em direção a uma sociedade mais justa para todas as idades, com a finalidade de valorizar a pessoa idosa, pautando à garantia e à defesa dos seus direitos (BRASIL, 2019).

Nessa visão, as políticas públicas, a compreensão da relação entre o envelhecimento populacional, as transformações ocorridas nos paradigmas sociais, e consequentemente, as formulações de estratégias geriátricas, devem ser adaptadas às especificidades dos municípios. De modo geral, o ambiente pode ser facilitador ou uma barreira, tendo grande influência sobre o bem-estar das pessoas, suas emoções e acessibilidade. Isto é, os vínculos territoriais e os modos de interação social estão intrínsecos com o envelhecimento ativo (QUADROS *et al.*, 2016).

Ao se garantir o direito à cidade inclusiva, acessível e amiga da pessoa que envelhece, os territórios se tornam capazes de promover comunicação ativa entre os pares, atividades de lazer, saúde pautada nas reais demandas gerontológicas, além do envolvimento comunitário em atividades sociais, que são fundamentais para que qualquer pessoa possa se desenvolver em sociedade. Desse modo, faz-se urgente a garantia de ambientes mais favoráveis, pois poderão ser considerados meios auxiliares de estímulos multifatoriais para o aumento das capacidades funcionais nessa etapa do ciclo vital (GREZELLE, 2022).

### **3 Considerações finais**

Diante dos conceitos supracitados, compreende-se que as estratégias para o envelhecimento ativo devem ser pautadas em diversas esferas, incluindo a multidimensionalidade do desenvolvimento de cidades amigas das pessoas idosas, pois o número de indivíduos com 60 anos ou mais, aumenta seu quantitativo de maneira acelerada, corroborando desse modo, para espaços que viabilizem de modo mais justo e equitativo a busca por territórios saudáveis nessa etapa do ciclo vital.

Ademais, subsídios gerontológicos podem corroborar de modo significativo para os aspectos que envolvem o ser biopsicossocial. Uma cidade estruturada e pensada para as múltiplas necessidades que podem surgir na vida das pessoas idosas tem ambientes comunitários de cunho integrador e acessível que otimizam as oportunidades de acesso à saúde, participação e segurança, fazendo com que o olhar promotor da saúde ganhe ênfase e empodere o indivíduo frente aos aspectos referentes à qualidade de vida, bem-estar, autonomia e dignidade, de modo a garantir um nível de reconhecimento e trocas intergeracionais, incentivando interações harmoniosas entre gerações que ocupam e dividem o mesmo território.

Além dos resultados positivos encontrados, faz-se importante admitir que este estudo, por se tratar de uma investigação bibliográfica de origem secundária, com análise documental, tem limitações intrínsecas que demandam a realização de estudos primários para aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos serviços ofertados, indicadores de oferta e demanda, perfil de utilização, entre outros, que, junto aos atuais resultados, atenderão à necessidade constante de disseminar e criar meios que promovam a saúde dos idosos residentes no município de modo amplo e seguro, consolidando a cidade como espaço de convivência pautado no modelo de crescente percepção de bem-estar no seu entorno territorial.

## Referências

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n. 1, p. 79-90, 1999.

AGENDA 2030. (2015). ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 06 de março de 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, v. 3, 2003.

BRASIL. Organização das Nações Unidas: Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015). Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pessoa\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/Agenda2030.pdf)Acesso em: 04 mai. 2023.

DE OLIVEIRA, W.A; MARTINS, I. C. Envelhecimento, saúde e direito à cidade: a percepção de idosos quanto a acessibilidade e mobilidade no espaço urbano: uma revisão. **Revista Longeviver**, 2022.

DE OLIVEIRA REIS, A. et al. Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa em governos locais brasileiros. **GIGAPP Estudos Working Papers**, v. 7, n. 150-165, p. 411-428, 2020.

DEL RIO, V. Introdução ao Desenho Urbano. São Paulo, Pine, 1990.

DEBERT, G. G. *et al.* Ageing and social inequalities: the case of Brazil. **Retraite et société**, v. 84, n. 2, p. 97-120, 2020.

FERNANDES, J. C. Urbanismo e envelhecimento: algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. *Revista Caminhos de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 31-49, 2000.

GANDRA, T. K. Inclusão digital na terceira idade: um estudo de usuários sob a perspectiva fenomenológica. 2012.

GEHL, J. Cidades Para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J., Cidade para pessoas. Tradução: Anita DiMarco. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2014 (cap. 1)

GREZELLE, G. Moradia e idoso: um estudo sobre o lugar de envelhecer, 2022.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

KÜCHEMANN, B. A. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Sociedade e estado**, v. 27, p. 165-180, 2012.

LERUP, L. (1972) "Environmental and Behavioral Congruence as a Measure of Goodness in Public Space: the Case of Stockholm", in *Ekistics* n~204, Atenas, novembro.

LYNCH, K. A Imagem da Cidade, Martins Fontes, São Paulo, 1981.

MARTINS, A. R. S. A intersectorialidade das políticas de saúde e de assistência social no sistema de atenção domiciliar em Franca/SP. 2015.

MINAYO, M. C. D. S.; COIMBRA, C. E. A. J. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

MIRANDA, G. M. D; MENDES, A. D. C. G; SILVA, A.L., A. L. A. D. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 19, p. 507-519, 2016.

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS).** Guia global cidade amiga do idoso. Biblioteca da OMS – Suíça, 2008. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil\\_Amigo\\_Pessoa\\_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/publicacao/guia-global-oms.pdf)  
Acesso em: 02 de fev. 2023

**ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Cidades e Comunidades amigas das pessoas idosas - OPAS/OMS**. Paho.org. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/cidades-e-comunidades-amigas-das-pessoas-idosas> Acesso em: 2 mai. 2023.

PAPALÉO NETTO, M. Estudo da Velhice. **Tratado de geriatria e gerontologia**, v. 4, 2013.

PORTO, C. F.; REZENDE, E. J. C. terceira idade, design universal e aging-in-place. *rio de janeiro*, V. 24, N. 1, P. 152-168, 2016

PORTO, C. F.; REZENDE, E. J. C. O guia global da cidade amiga do idoso: sustentabilidade e contribuições do design. **CHAPON CADERNOS DE DESIGN/CENTRO DE ARTES/UFPEL**, v. 1, n. 1, 2018.

QUADROS, C. *et al.* Mobilidade Urbana em Rio Grande/RS: uma visão interdisciplinar. **SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO, NA PESQUISA E NA EXTENSÃO-REGIÃO SUL**, p. 759-768, 2016.

SANTOS, F. H.; ANDRADE, V. M. BUENO, O. F. A. Envelhecimento: um processo multifatorial. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 14, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2014.

VASCONCELOS, A. M. N; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. *Epidemiol Serv Saúde* 2012;21(4):539-48.